### VII ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

# DIREITO ECONÔMICO, EMPRESARIAL, DIGITAL, INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO II

JOAO PEDRO IGNACIO MARSILLAC

JAQUELINE DE PAULA LEITE ZANETONI

EUDES VITOR BEZERRA

#### Copyright © 2024 Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

#### Diretoria - CONPEDI

Presidente - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini - FMU - São Paulo

Diretor Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

Representante Discente: Prof. Dr. Abner da Silva Jaques - UPM/UNIGRAN - Mato Grosso do Sul

#### Conselho Fiscal:

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - SKEMA/ESDHC/UFMG - Minas Gerais

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UFERSA - Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Fernando Passos - UNIARA - São Paulo

Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP - São Paulo

#### **Secretarias**

#### Relações Institucionais:

Prof. Dra. Claudia Maria Barbosa - PUCPR - Paraná

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Profa. Dra. Daniela Margues de Moraes - UNB - Distrito Federal

#### Comunicação:

Prof. Dr. Robison Tramontina - UNOESC - Santa Catarina

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Lucas Goncalves da Silva - UFS - Sergipe

#### Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Jerônimo Sigueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto - UPM - São Paulo

#### Relações Internacionais para os demais Continentes:

Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Profa. Dra. Sandra Regina Martini - UNIRITTER / UFRGS - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Claudia da Silva Antunes de Souza - UNIVALI - Santa Catarina

#### **Eventos:**

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - FDF - São Paulo

Profa. Dra. Norma Sueli Padilha - UFSC - Santa Catarina

Prof. Dr. Juraci Mourão Lopes Filho - UNICHRISTUS - Ceará

Membro Nato - Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

#### D597

Direito penal, criminologia, política criminal e processo II [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI Coordenadores: Livio Augusto de Carvalho Santos; Renata Botelho Dutra; Sérgio Henriques Zandona Freitas — Florianópolis: CONPEDI, 2024.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5648-968-1

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: A pesquisa jurídica na perspectiva da transdisciplinaridade

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Direito penal 3. Criminologia. VII Encontro Virtual do CONPEDI (1: 2024 : Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



#### VII ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

## DIREITO ECONÔMICO, EMPRESARIAL, DIGITAL, INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO II

#### Apresentação

O conjunto de pesquisas que são apresentadas neste livro faz parte do Grupo de pôsteres apresentados no bloco de "DIREITO ECONÔMICO, EMPRESARIAL, DIGITAL, INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO E DIREITO DO TRABALHO E PROCESSO DO TRABALHO II", ocorrido no âmbito do VII Encontro Virtual do CONPEDI, realizado entre os dias 24 e 28 de junho de 2024, promovido pelo Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito – CONPEDI e que teve como temática central "A Pesquisa Jurídica na Perspectiva da Transdisciplinaridade".

O Grupo de Pôsteres em comento ocorreu no segundo dia do evento, ou seja, 25/06/2024, oportunidade na qual foram realizadas as apresentações orais, na ordem abaixo, dos seguintes temas e respectivos autores:

1°) RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR POR ACIDENTE DE

TRABALHO EM RAZÃO DA MORTE: UM ESTUDO SOBRE OS CRITÉRIOS

DE QUANTIFICAÇÃO DO DANO. Autoria de Pedro Fernandes Diniz Pereira, sob a orientação do Professor Fabrício Veiga Costa;

2°) UMA ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DO COMPLIANCE NA GESTÃO

EMPRESARIAL. Autoria de Michelly Monteiro Pacheco, sob a orientação do Professora Larissa Maia Freitas Salerno Miguel Santos;

- 3°) O DESAPARECIMENTO DE TUVALU EM DECORRÊNCIA DA CRISE CLIMÁTICA E O METAVERSO COMO ALTERNATIVA PARA A PERPETUAÇÃO DA CULTURA LOCAL. Autoria de Raquel de Melo Furini;
- 4°) O USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E A EFETIVIDADE DOS DIREITOS

E GARANTIAS FUNDAMENTAIS: ESTUDO HERMENÊUTICO SOBRE A

ETICIDADE E JURISDICIDADE DO PROJETO DE LEI Nº 2.338/2023. Autoria de João Eduardo Gomes Passarinho Menezes;

- 5°) OS DESAFIOS DA REGULAÇÃO DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL NA ERA DIGITAL: UM OLHAR SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. Autoria de Júlia Mesquita Ferreira, sob a orientação do Professor Yuri Nathan da Costa Lannes;
- 6°) Planejamento Sucessório: maximizando os benefícios fiscais com a doação de cotas ou ações em holdings familiares. Autoria de Nathália Alves Fernandes;
- 7°) OS IMPACTOS DA GLOBALIZAÇÃO NA PROTEÇÃO DE MARCAS E DAS

RELAÇÕES CONTRATUAIS. Autoria de Giulia Leite Beloni dos Santos e Ana Beatriz Guerra;

- 8°) A PRIVACIDADE NO CONTEXTO DIGITAL E OS IMPACTOS DO BIG DATA NA SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO. Autoria de Eloísa Celes Nunes, sob a orientação da Professora Jéssica Amanda Fachin;
- 9°) SEGURANÇA OU ESPIONAGEM? O ESTADO DE VIGILÂNCIA NO BRASIL. Autoria de Marcelo Carvalho Berardo, sob a orientação da Professora Jéssica Amanda Fachin;
- 10°) POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO PARA A ERA DA INFORMAÇÃO:

desafíos para o Brasil. Autoria de Ana Laura Cardoso Jacobassi, sob a orientação do Professor Yuri Nathan da Costa Lannes;

- 11°) SHARENTING: a produção de conteúdo para as redes sociais em detrimento do direito à privacidade das crianças. Autoria de Barbara Luzini Pimenta Peli, sob a orientação Cildo Giolo Junior;
- 12°) SOLUÇÕES SOCIAIS PARA AMENIZAR A COLETA INDISCRIMINADA DE

DADOS PESSOAIS VIA MÍDIAS SOCIAIS E FERRAMENTAS DE PESQUISA. Autoria de Ana Júlia Correia Fuzaro;

13°) REDES SOCIAIS E INFLUENCIADORES DIGITAIS: os grandes responsáveis pelo aumento da pirataria na moda. Autoria de Thamirys Camargo Sanrroman;

#### 14°) TRIBUTAÇÃO E EMPREENDEDORISMO: OS IMPACTOS DO ICMS NA

INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA BRASILEIRA. Autoria de João Pedro Cafola Bastos.

Assim, convidamos os leitores para uma agradável apreciação da íntegra dos pôsteres sobre "'DIREITO ECONÔMICO, EMPRESARIAL, DIGITAL, INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO E DIREITO DO TRABALHO E PROCESSO DO TRABALHO II" que se encontram nesta publicação.

#### Atenciosamente;

Prof. Dr. Eudes Vitor Bezerra (PPGDIR/UFMA e IDEA São Luís/MA)

Prof<sup>a</sup>. Ms. Jaqueline de Paula Leite Zanetoni (USP)

Prof. Ms. João Pedro Ignácio Marsillac (Universidade Presbiteriana Mackenzie)

### POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO PARA A ERA DA INFORMAÇÃO: desafios para o Brasil

Yuri Nathan da Costa Lannes<sup>1</sup> Ana Laura Cardoso Jacobassi

#### Resumo

#### INTRODUCÃO:

A Era Digital promoveu inúmeras transformações na sociedade e no cenário educacional não seria diferente. Isso porque essas inovações são essenciais no acesso à informação, na interação social, na eliminação das desigualdades, dentre tantos outros aspectos da vida em sociedade.

Nesse contexto, uma educação de qualidade, essencial para a formação do cidadão e para o progresso social, está inteiramente ligada ao acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs).

Porém, o que se percebe é uma falta de universalização do acesso à internet no Brasil, resultando em uma sociedade repleta de excluídos digitais, com destaque para aqueles que estão em fase escolar.

Como forma de demonstrar a problemática, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios Contínua (PNAD), realizada em 2021 pelo IBGE, cerca de 3,6 milhões de estudantes em todo o país não tinham acesso à internet. Desse total, 3,4 milhões são alunos da rede pública. Ainda, enquanto 98,2% dos estudantes da rede privada utilizaram internet, entre os estudantes da rede pública o percentual era de 87% (IBGE, 2021).

Nota-se que não basta a existência de uma rede de ensino, devendo se pensar em uma educação de qualidade e interdisciplinar, que possa favorecer tanto o aprimoramento do homem em sua individualidade quanto na sua condição de ser social, na medida em que além de fornecer conhecimento, contribui para a formação do pensamento, para a construção de valores e para o aprimoramento das habilidades sociais.

Assim, ao problematizar a falta de universalização do acesso à internet, é importante pensar não somente sob o parâmetro da quantidade, mas também da qualidade desse acesso, visando à inclusão digital e, consequentemente, à inclusão social.

Desse modo, inicialmente será feita uma abordagem da importância do direito à educação como fator transformador da sociedade. Após, passar-se-à análise das desigualdades do acesso

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Orientador(a) do trabalho/resumo científico

a esse direito, para, a partir disso, propor políticas públicas voltadas à efetivação da educação

digital.

PROBLEMA DE PESQUISA:

Como problema de pesquisa, faz-se o seguinte questionamento: como enfrentar as

dificuldades de acesso às tecnologias no âmbito educacional e, assim, eliminar as barreiras de

aprendizado e garantir uma educação de qualidade a todos?

**OBJETIVO:** 

A presente pesquisa busca analisar as mudanças advindas das inovações tecnológicas no

ambiente escolar e expor as desigualdades educacionais no Brasil, especialmente em relação ao uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), de forma a pensar em políticas

públicas voltadas para a inclusão digital, potencializando o acesso à informação e ao

aprendizado.

MÉTODO:

Com relação à metodologia, o trabalho utiliza o método dedutivo e como procedimento

instrumental a pesquisa bibliográfica, com o emprego de artigos científicos, livros,

monografias, a própria legislação, bem como a pesquisa documental, com a análise de dados

estatísticos, em especial os levantamentos sobre o acesso à internet no Brasil, revistas,

notícias, dentre outros meios.

**RESULTADOS ALCANÇADOS:** 

Os principais resultados e discussões obtidos até o momento demonstram a importância da

educação para o desenvolvimento individual e para a construção de uma sociedade

democrática. Contudo, a existência de desigualdades na aprendizagem, especialmente em

relação à utilização da internet pelos estudantes, prejudicam a efetividade desse direito social.

Ademais, a partir do levantamento de dados, é possível perceber que essas desigualdades no

acesso à educação envolvem diversas variáveis, tais como regionais, raciais, de gênero e de

renda, além de demonstrar uma ausência de formação dos profissionais de ensino sobre o uso

das tecnologias nas atividades com os alunos.

Palavras-chave: Educação, Era da Informação, Tecnologias

Referências

BAUER, Carlos; SEVERINO, Antonio Joaquim. Políticas educacionais e o cotidiano escolar.

21

EccoS–Revista Científica, n. 29, p. 11-17, 2012.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo Escolar da Educação Básica 2022: Resumo Técnico. Brasília, 2023. Disponível em: htt ps://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\_e\_indicadores/resumo\_tecnico\_censo\_escolar\_2022.pdf. Acesso em: 04 fev. 2024.

MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. 2000.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Acesso à internet e à televisão e posse telefone móvel celular para uso pessoal em 2021. IBGE, 2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101963\_informativo.pdf. Acesso em: 07 abr. 2024.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Educação 2022. IBGE, 2023. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102002\_informativo.pdf. Acesso em: 07 abr. 2024.

Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. II VIGISAN. Inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia por COVID-19 no Brasil.

Disponível

em: https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf.
Acesso em: 05 mar. 2024.

SAVIANI, Dermeval. Escola e Democracia. 32. ed. Campinas-SP: Autores Associados, 1999.

SEVERINO, Antonio Joaquim. A Didática frente aos dilemas da Educação: compromissos políticos e pedagógicos. Disponível em: https://publica.ciar.ufg.br/ebooks/edipe2 ebook/artigo 01.html. Acesso em: 28 mar. 2024.

SEVERINO, Antônio Joaqum. Educação, trabalho e cidadania: a educação brasileira e o desafio da formação humana no atual cenário histórico. São Paulo em Perspectiva, v. 14, p. 65-71, 2000. Disponível em: https://www.scielo.br/j/spp/a/dZ4HpbKmDMNZ9FKLMLd6rgq/?format=pdf. Acesso em: 06 abr. 2024.

SPIEL, Christiane; SCHWARTZMAN, Simon. A contribuição da educação para o progresso social. Ci. & Tróp. Recife, v. 42, n. 1, p. 31-106, 2018. Disponível em: https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/view/1721. Acesso em: 06 abr. 2024.

TOMIZAWA, Guilherme. A eficácia material do "acesso à internet" como um direito fundamental no ordenamento pátrio: inclusão digital e políticas públicas no Brasil. Temas Socio-Jurídicos, v. 33, n. 66, p. 187–21, 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/p ublication/331214489\_A\_eficacia\_material\_do\_acesso\_a\_internet\_como\_um\_direito\_fundam ental\_no\_ordenamento\_patrio\_inclusao\_digital\_e\_politicas\_publicas\_no\_Brasil. Acesso em: 06 mar. 2024.